

RELIGIÃO E ESFERAS SOCIAIS: POLÍTICA, ECONÔMICA E ASSISTENCIAL AÇÃO ASSISTENCIAL ESPÍRITA

Pedro Simões¹

Resumo: Em 2014 foi desenvolvida uma pesquisa sobre as atividades assistências espíritas realizadas em Santa Catarina. Esta pesquisa teve apoio do CNPq e foi realizada em parceria com a Federação Espírita Catarinense (FEC). Seu objetivo era mapear as atividades assistenciais desenvolvidas no Estado, buscando identificar a capacidade integrativa destas atividades com a rede pública socioassistencial. Dos 150 centro filiados a FEC, 68 foram pesquisados, perfazendo um percentual de 45%. A pesquisa analisou os benefícios prestados, os serviços e programas desenvolvidos, além do número de trabalhadores (voluntários ou profissionais) e de parcerias e encaminhamentos. Estes dados foram coletados a partir de um survey e foram analisados a partir de um programa estatístico (SPSS 22). Além dos resultados descritivos para cada variável analisada, foi possível construir uma matriz de correlações demonstrando a associação entre as mesmas. Neste trabalho, são apresentados os principais resultados da pesquisa, enfocando o baixo aproveitamento da capacitação dos trabalhadores voluntários espíritas na atuação em suas obras assistenciais, bem como o isolacionismo das atividades em relação a rede assistencial pública.

Palavras-chave: Espiritismo, Assistência Social, Caridade

1878

Introdução

Este artigo tem como finalidade realizar uma síntese dos resultados da pesquisa “Assistência Social Espírita”, desenvolvida em Santa Catarina, em 2014, com apoio do CNPq (Edital Univeral 2013). A pesquisa contou com o apoio da Federação Espírita Catarinense, sem o qual, não seria possível a realização do trabalho de campo.

As pesquisas que fazem o cruzamento entre os temas da religião e da assistência social são escassas no Brasil. Sobre o Espiritismo (Kardecista), o estudo de Giumbelli (1998) foi pioneiro neste enfoque e data de 1995, portanto, já se vão vinte anos. Seu campo de estudos foi o estado do Rio de Janeiro e teve como contexto a Campanha Contra a Fome e a Miséria e pela Vida, protagonizada por Herbert de Souza, em 1993. Antes e após essa iniciativa, vários autores afirmaram a importância da assistência social para o espiritismo, sem, no entanto, partir de pesquisas empíricas mais abrangentes sobre o tema (Camargo, 1961, Cavalcanti, 1983, Damazio, 1994, Colombo, 1998, Arribas, 2010).

Estudos sobre assistência social evangélica e católica também não são muito comuns no estudo desses grupos religiosos. O trabalho de Conrado (2005) é um marco no estudo dos

¹ Doutor em Sociologia, Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina

evangélicos, enquanto a pesquisa “A Ação Social Católica” no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Regina Novaes (1995) o foi também para o catolicismoⁱ. Estas três pesquisas trazem dados sobre a assistência social desenvolvidas por cada uma das principais religiões encontradas no Brasilⁱⁱ. Outros estudos enfocam os fundamentos da ação assistencial religiosa, como o trabalho de Paiva (2003) e Simões (2004). O foco de Paiva é a relação entre valores religiosos e cidadania, tendo como base as realidades brasileira e americana. Deste enfoque é possível identificar elementos das teologias católica e protestante como base de suas ações sociais e assistenciais. O trabalho de Simões, no entanto, trata diretamente dos fundamentos de católicos, protestantes e espíritas para a ação assistencial.

Os trabalhos de Francisco P. Neto (2005) e Machado (2005) enfocam a relação entre religião, política e assistência social. No primeiro caso, a base de estudos é a cidade de Porto Alegre e o enfoque principal está na “participação política”; no segundo, a base de estudos são as políticas assistenciais realizadas e apoiadas pela bancada evangélica na câmara de Deputados do Rio de Janeiro.

Dois outros trabalhos enfocam a relação entre religião e assistência social, abordando os vínculos entre os grupos religiosos e o Estado. O trabalho de Burity (2006) aborda a formação de redes e parcerias entre os grupos religiosos e o Estado, na adoção das políticas sociais; o trabalho de Mestriner (2001) não trata diretamente da relação entre religião e assistência social. No entanto, ao tratar a forma como o Estado brasileiro organizou sua política de assistência social, a autora enfoca a importância dos subsídios que o Estado dispensou às organizações religiosas no campo assistencial.

Estas referências acima evidenciaram a pertinência de realizar uma nova pesquisa, que trouxesse novos dados, para a compreensão da assistência social espírita, tendo, desta vez, como campo de observação o estado de Santa Catarina. Se for verdade que o lema “Fora da Caridade não há Salvação” é relevante para os espíritas, então, é preciso saber como essa “caridade” é realizada, qual a concepção de caridade que direciona os trabalhos e qual a dimensão dos mesmos. Essas foram as perguntas que direcionaram a pesquisa cujos resultados estão aqui sintetizados. As próximas seções abordam, não exatamente, todas as questões acima mencionadas, mas os itens que se seguem: a) qual o perfil dos trabalhadores da assistência social espírita; b) qual a concepção de assistência social dos atores entrevistados; c) os dados institucionais referente às ações desenvolvidas; d) as atividades realizadas. Não será apresentada uma descrição metodológica em uma seção à parte. Ela estará contida junto à apresentação dos dados. O artigo subdivide-se em cinco partes: 1. a caracterização do

trabalhador espírita da assistência social; 2. a concepção de assistência social expressa por estes atores; 3. características das obras sociais; 4. análise das atividades assistenciais desenvolvidas pelos centros espíritas; 5. considerações finais.

1. O perfil dos trabalhadores

Para compor esta “concepção” foram entrevistados 30 (trinta) representantes de instituições espíritas do Estado de Santa Catarina, localizados na grande Florianópolis (incluindo a parte continental e a ilha de Florianópolis, além das cidades adjacentes). A maioria dos respondentes eram presidentes ou vice-presidentes das suas instituições (19 casos ou 63%), em menor número estavam os dirigentes dos departamentos socioassistenciais (10 casos ou 33,3%); em apenas uma instituição o respondente foi um trabalhador da casa proveniente de outra área.

Entre os entrevistados a maioria eram mulheres (22 casos ou 73,3%), com idades variando entre 44 anos e 76 anos, sendo a média de 62 anos. Além disso, a maioria era de casados (20 ou 67%) ou viúvos (6 ou 20%). Os entrevistados tinham nível educacional alto, sendo que 64% detinham título universitário ou pós-graduação, contra 36% com ensino médio ou menos.

Esses trabalhadores já tinham um histórico de 19 anos, em média, (mínimo de 4 anos e máxima de 42 anos) de trabalhos dedicados à instituição onde trabalhavam. Eles foram formados em um *etbos* assistencial oriundo do exemplo obtido em suas casas ou da inserção, desde cedo, na evangelização espírita ou em trabalhos caritativos católicos. Somente para 20% (6 casos), o ingresso no centro espírita e a frequência às reuniões de estudo foi o que motivou para o ingresso no trabalho assistencial. Neste último caso, o trabalho assistencial foi apresentado aos entrevistados como um caminho para a “cura” dos males que a pessoa vinha atravessando ou como uma derivação “natural” de seu engajamento nas tarefas do centro.

Além de já terem um tempo expressivo de trabalhos e de vivência institucional, os trabalhadores entrevistados também já tinham um tempo significativo de trabalhos assistenciais. A média chegou a 13 anos, sendo o tempo máximo de 40 anos. Em um único caso, houve um trabalhador recém ingresso nos trabalhos assistenciais, embora já estivesse há mais de 25 anos de trabalhos institucionais.

A vivência institucional parece garantir ao espírita o conhecimento necessário para a condução dos trabalhos assistenciais “de acordo com a doutrina espírita”ⁱⁱⁱ. Em doze casos

(40%) os trabalhadores afirmaram não terem participado de nenhuma preparação (curso, seminário, outros) para este trabalho. Por outro lado, havia trabalhadores que chegaram a participar de material editado pela Federação Espírita^{iv} para esse fim. Entre esses extremos, os trabalhadores disseram ter participado de palestras, cursos ou seminários sobre o tema em suas próprias instituições.

Portanto, os trabalhadores espíritas a frente dos trabalhos assistenciais são aqueles que já têm vivência na casa espírita, são pessoas maduras, experientes, que já foram testadas em outras atividades da casa antes de assumirem a direção dos trabalhos assistenciais. Dessa forma, a concepção por eles expressa é revelador de uma forma institucionalizada de se pensar e fazer a assistência social espírita.

2. A Concepção dos Atores

A concepção dos atores é aqui apresentada de forma bastante sintetizada e engloba não só as falas dos atores pesquisados, como também o exame da literatura (doutrinária e complementar) sobre o tema. A Federação Espírita (Brasileira e Catarinense) vem desenvolvendo um esforço de “qualificação” dos trabalhadores da assistência, difundindo uma forma específica de compreensão desta prática. Os atores entrevistados, em grande parte, incorporam essa diretriz, institucionalmente sintetizada no SAPSE. Antes, porém, será apresentada a forma como esse debate aparece na Codificação Kardequiana.

2.1 Na Codificação Kardequiana

Na codificação kardequiana (Livro dos Espíritos – LE - e Evangelho Segundo Espiritismo - ESE) o tema da assistência pode ser encontrada em alguns tópicos correlatos, sem que o termo “assistência” seja diretamente utilizado. Basicamente, encontramos nas questões relativas à “caridade” de o LE (886 e ss.) e no ESE, os capítulos XIII e XV as referências ao tema.

O primeiro ponto a considerar é que os debates relativos à assistência estão contidos na discussão sobre a caridade. Portanto, este último tema é mais amplo que a assistência e está diretamente relacionado com a ação moral, com a definição do que é o bem e de como fazê-lo. Desse modo, é possível que se seja caridoso sem que se faça assistência, mas a recíproca não é verdadeira. Perdoar e ser paciente são ações caritativas, embora possam ser realizadas fora do contexto assistencial. O cerne desta diferença está na divisão entre caridade moral e material. Só se faz a caridade material se a ela estiver associada à caridade moral. As questões

relativas à assistência, entretanto, dizem respeito à assistência material, sem que tenha um vínculo direto e imediato com a caridade moral.

Associando o conteúdo dos capítulos XIII e XV, de ESE, temos algumas premissas delineadas por Kardec, contidas nos quatro elementos definidores da prática da caridade (capítulo XIII), a saber: 1. fazer o bem ocultamente, invertendo a posição assistente-assistido (referência à passagem Não Saiba a Vossa Mão Esquerda o que faz a Direita); 2. buscar os infortúnios ocultos; 3. agir de acordo com suas possibilidades (não esperar a riqueza para agir), sacrificando-se o que se tem (não somente dinheiro, mas tempo, habilidades, entre outros), pelo reconhecimento da necessidade do outro (referência à passagem do Óbulo da Viúva); 4. agir juntos àqueles de quem não se pode esperar retribuição pela ação realizada. Kardec reconhece, no evangelho de Jesus, estes quatro elementos como fundamentais no exercício do “bem” (da assistência). Além disso, afirma-se a necessidade de atender o assistido em suas necessidades (capítulo XV), o imperativo da ação, como uma ética de salvação (capítulo XV) e, finalmente, a assertiva de que às ações se sobrepõe às crenças: esse o sentido da contraposição entre “Fora da Caridade” *versus* “Fora da Igreja”, como definidores das condições de salvação.

1882

Na questão 888 e ss. (LE) há questões relativas à esmola. O ato de dar esmolas é entendido como algo que “degrada física e moralmente” o indivíduo, “embrutecendo-o”. Neste sentido, em uma sociedade justa, a sociedade deveria prover a vida do “fraco”, sem que haja para ele “humilhação”. Além disso, a sociedade deveria assegurar a existência dos que não podem trabalhar, sem deixar que ninguém viva à mercê do acaso ou da boa vontade dos outros.

Essa questão remete a discussão da assistência para outro enfoque. Não se discute aqui o “como” fazê-la, mas se aponta à necessidade de a sociedade assegurar a existência do “fraco” e daquele que não pode trabalhar. Além disso, condena, de certo modo, o fato de terem pessoas que vivem à mercê da boa vontade alheia, faz, então, uma crítica à própria assistência privada e religiosa nesses casos. Portanto, para se superar a esmola, os “espíritos” nessa resposta não incentivam a ação assistencial, mas a contribuição dos espíritos para situar o “assistido” em outro patamar, de modo a que, sua existência fosse uma resposta sistêmica da sociedade e não estivesse baseada na boa vontade.

Na seqüência, Kardec pergunta, então, se a esmola deve ser condenada (Questão 888a). Para essa pergunta há uma longa resposta atribuída a São Vicente de Paula. Nela, o espírito afirma que não, o que deve ser condenada é a maneira de atendimento. Na resposta,

há uma reprodução das idéias contidas nos quatro itens da assistência extraídos do ESE, enfocando basicamente os argumentos dos infortúnios ocultos e o “não saiba a vossa mão esquerda...”. Por fim, recorre ao “óbolo da viúva”, afirmando que estamos entre aqueles que têm mais do que nós e aqueles que têm menos. Desse modo, sempre há o que fazer pelo outro. Portanto, não o que condenar a “esmola”, mas é preciso agir “cristãmente”.

2.2. Na Literatura Espírita

O discurso espírita encontrado na literatura consultada (SAPSE, 2012, Parolin, 2013 e Cerqueira Filho, 2009) e nas respostas dos atores entrevistados configuram outro sentido daquele identificado na codificação kardequiana. O centro do debate está na salvação (discutida no capítulo XV de ESE) do agente e não na forma de fazer assistência. Além disso, incorpora a ação evangelizadora à prática assistencial (Parolin, 2013) e coloca o agente como o “semeador” (Cerqueira Filho, 2009, em referência à Parábola do Semeador), o que também não se encontra nas passagens da codificação analisadas.

Dessa forma, os espíritas constroem uma imagem negativa dos assistidos: eles não são apenas indivíduos com necessidades materiais, mas com necessidades espirituais. A ação de assistir deve prover ambas as necessidades, ainda que o assistido não demande esta última e seja portador de uma cosmologia religiosa diferente da espírita. Caso não haja assim, o espírita considera sua ação não concretizada, ou sua prática como assistencialista. Identificar o assistido em uma posição inferior – social e espiritual – é uma construção que os espíritas elaboram para justificar sua forma de intervenção, unindo o material ao espiritual/moral.

Por outro lado, o assistente deve ser o exemplo da vivência cristã para o assistido; deve conduzi-lo de forma mais ou menos explícita às tarefas doutrinárias e espirituais da casa. Além disso, o trabalhador deve ser conhecedor e estudioso do espiritismo. Ainda que em alguns discursos se afirme que ambos, assistente e assistido, são pessoas “necessitadas”, o trabalhador entende a prática assistencial como a “porta” da sua salvação e é o exercício de uma pedagogia espírita que o conduzirá a ela. Desse modo, o resultado material e específico da ação desenvolvida fica secundarizado. Mais do que o “pão”, como referência à assistência material, os espíritas fornecem “luz” para os assistidos.

O modelo “típico-ideal” do trabalhador espírita é aquele que é chamado a atuar obedecendo a determinação maior em sua vida, ele age de forma altruísta, coloca-se no lugar do outro, enxerga-o como um ser integral, membro de sua própria família, busca amar o assistido e o respeita, aceitando-o e estimulando-o para sair do estado que se encontra.

Desse modo, a intervenção espírita tem um caráter religioso e endógeno, ou seja, ela procura trazer o assistido para dentro do centro espírita. As exigências legais e sociais são vistas como imposições que atrapalham mais do que ajudam na intervenção. O caráter político e a ação em rede que é própria à política de assistência são elementos secundarizados pelos espíritas. Eles são só considerados quando não há alternativa para ação que se quer desenvolver. Desse modo, a opção dos centros espíritas têm sido de manter os trabalhos pequenos, mas com “pureza doutrinária”, do que abri-los demasiadamente, correndo o risco de perderem-se.

A seguir são apresentadas algumas características das atividades assistenciais espíritas.

3. Obras Sociais

O primeiro ponto a considerar é que, diferente de Giumbelli (1998), não se faz aqui uma distinção entre “centro espírita” e “obra social”, tendo em vista que, entre os espíritas, elas se misturam. O que mais freqüente é a existência centros espíritas que têm um departamento assistencial (63,2%) ou realiza apenas ações assistenciais (17,2%). Há também, em número muito reduzido, instituições sociais que fundam centros espíritas para que tenham uma “sustentação espiritual” para o trabalho.

As instituições são denominadas de “centro”, “casa” ou “sociedade”, sempre seguida do qualificativo “espírita”. Além dessas referências, seus nomes ainda agregam, preferencialmente, as palavras “luz”, “Kardec” e “Caridade”. A associação entre “luz” e “caridade” manifesta-se, inclusive, no nome das instituições, como uma marca do agir, “segundo Kardec”. Nomes de personalidades espíritas também são comuns para denominação das instituições. Os mais citados são: Allan Kardec, Jesus Cristo, Chico Xavier, Maria de Nazaré, Bezerra de Menezes e André Luiz.

As instituições pesquisadas^v foram fundadas, em 41% dos casos (29) a partir de 1991. Seu âmbito de atuação é basicamente local, sendo que 37,5% não possuem qualquer registro ou certificação pública e 28,5% só possuem certificado de utilidade pública municipal, totalizando 66% do universo pesquisado.

Pouco mais da metade (55,5%) tem de 1 a 3 fontes de financiamento, sendo a principal os recursos próprios dos participantes (98,6%), seguido dos recursos advindos da livraria (69,4%) e de almoços e bazares. A quarta fonte de recurso mais citada (que elevaria o percentual para 77,7% das instituições) são os bazares. Isso significa que, além de atuar

localmente, os recursos são extraídos dos próprios participantes do grupo para realização da assistência. Além disso, os representantes de 8% das instituições afirmaram não contar com fontes de recursos.

Além disso, em 63% dos casos, as ações assistenciais ocorrem no mesmo espaço onde se desenvolvem as reuniões doutrinárias do centro espírita, ou em uma área anexa ao centro (em outros 28,6%). Portanto, as instituições de assistência social espírita são predominantemente locais, atuam com recursos próprios, estão subordinadas aos centros espíritas e as atividades ocorrem no mesmo espaço das reuniões doutrinárias. Este perfil está bem ajustado a concepção religiosa e endógena expressa no item anterior.

A seguir são tratadas das atividades assistenciais propriamente ditas.

4. Atividades Assistenciais

A ação assistencial espírita visa atingir, principalmente, à família (72,5%) e à criança e ao adolescente (44,3%). Esses públicos-alvo são apontados no SAPSE como os mais importantes para a intervenção espírita e isso se confirma na forma como as instituições atuam.

Para o público assistido foram identificadas 22 atividades na forma de programas ou serviços. Os cinco mais citados foram: 1. visitas domiciliares a doentes e idosos (58,3%), 2. programa de amparo as famílias (43,1%), campanha do agasalho (41,7%), biblioteca (41,7%) e assistência materno-infantil (36,1%). Por outro lado, as menos citadas foram: programa para dependentes químicos (2,8%) e programa de integração social de deficientes físicos (2,8%).

No caso das visitas domiciliares a doentes e idosos percebe-se uma preocupação de ir até as famílias (a busca dos infortúnios ocultos), o que mais uma vez demonstra a centralidade da importância da família para essas instituições. O amparo às famílias, segundo programa mais realizado, é materializado através do oferecimento de cestas básicas. Nesses casos, as famílias são cadastradas e elas são acompanhadas pelo centro, o que lhes garante a permanência do auxílio a alimentação. É a partir do conhecimento destas famílias que se estrutura parte do trabalho de visita a doentes e idosos, pois esses últimos são parentes, ou mesmo, os próprios assistidos que, por alguma razão (doença ou idade) não conseguiram dirigir-se ao centro.

Outro dado importante é a assistência materno-infantil que figura em 36,1% dos casos. Este serviço, na maior parte das vezes, realizado através do oferecimento de enxovais. Nesses

trabalhos, as gestantes apresentam-se ao centro e elas devem comprovar regularmente o acompanhamento pré-natal para ter direito ao enxoval.

Por outro lado, o trabalho com deficientes físicos e dependentes químicos não fazem parte das preocupações centrais dos espíritas. Podemos, aqui, problematizar a razão disso. Uma hipótese é que, em ambos os casos, requer-se pessoal qualificado para intervenção. A atuação dos espíritas, por sua vez, agrega agentes voluntários para atividades que não demandam uma qualificação específica, como a doação de enxovais e o fornecimento de cestas básicas. Então, privilegia-se a população que pode ser atendida por este tipo de trabalhador.

O acesso a esses programas e serviços pode ser realizado livremente, sem qualquer exigência ou condicionalidade para 57,7% dos casos. Por outro lado, em 42,3% afirma-se que há a exigência de se participar de uma reunião doutrinária. No entanto, no trabalho de campo foi possível observar os mecanismos informais que os agentes institucionais adotam para que os assistidos participem das reuniões doutrinárias, mesmo que não sejam formalmente “obrigados” a isso. Exemplo disso é quando as instituições não exigem que se assistam as reuniões, mas ao entregar as doações fazem uma preleção com base na doutrina espírita, acompanhada de uma oração, ou seja, acontece uma “reunião informal”. Isto significa que o percentual de 57,7% está subdimensionado.

Os espíritas conseguem mobilizar um total de 1651 trabalhadores para 72 instituições, sendo 1451 voluntários e 200 profissionais, ou ainda, 88% de voluntários e 12% de profissionais. Isso significa 23 trabalhadores por instituição (em média), sendo 7 voluntários para cada profissional. Foi observada uma correlação positiva^{vi} entre o número de voluntários e o número de profissionais, portanto, nas instituições em que há profissionais, o número de profissionais e voluntários estão associados.

O tipo de trabalhador preferencial para o trabalho assistencial são voluntários que atuam de forma indiferenciada. Pessoas prontas para qualquer trabalho ou serviço, sem que se exija para isso alguma qualificação. O número máximo desses servidores chega a 150 e média é de 14 por instituição. Entre os trabalhadores contratados, além do pessoal administrativo, os professores são os mais requisitados, com presença máxima de 38 servidores em uma única instituição e média de 1,2 por instituição. Em 86% das instituições o trabalho assistencial é realizado sem agentes profissionais contratados, atuando somente com voluntários.

As parcerias marcam a possibilidade de ampliação dos serviços socioassistenciais, oferecidos pelas associando-se a outras entidades com que dispõe de trabalhos

complementares aos seus. O conjunto de instituições articuladas formam uma rede de atendimento público-privado que são a base para a garantia do direito do assistido.

Praticamente metade dos centros espíritas (35 ou 48,7%) não estabelece parcerias com outras instituições. Os centros que buscam estabelecer parcerias o fazem, preferencialmente, com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), em 17 casos (23,6%). Vale ressaltar que a principal instituição da assistência social pública só acessada por uma entre quatro instituições espíritas. Isto revela a forma autônoma (dissociada da rede) como operam os espíritas. Além dessa parceria, as outras mais acessadas são: outras instituições religiosas espíritas 13 (18,1%) e hospitais/postos de saúde 13 (18,1%).

Quando a instituição não consegue atender uma demanda da população geralmente é feito encaminhamento para outros órgãos. Assim como as parcerias, os encaminhamentos são formas de se acionar a rede de proteção social, buscando a garantia do direito do assistido, ainda que o mesmo não possa ser feito diretamente pelo trabalho espírita.

Na pesquisa observou-se que 48 (66,7%) centros recorriam a outras instituições na indicação de encaminhamentos, contra 24 (33,3%) que não o faziam. As instituições fazem uma média de 2,3 encaminhamentos. O CRAS é o principal órgão de encaminhamento, bem como de parceria para serviços socioassistenciais. Entretanto, somente 17 instituições espíritas fazem parceria com os CRAS, contra 36 que utilizam este equipamento para encaminhamento. Esse dado revela, uma vez mais, que os centros espíritas têm trabalhos auto-referidos, que pouco buscam parceiros para a complementação dos mesmos. Entretanto, eles sabem da existência da rede pública de assistência para onde podem encaminhar aqueles que eles não podem atender diretamente.

Seguido pelo CRAS, os outros órgãos que são as principais escolhas de encaminhamento são: hospitais/postos de saúde e Conselho Tutelar e Prefeitura. O padrão dos encaminhamentos segue com o atendimento à saúde e à criança como outros dois itens que são recorrentes no trabalho dos espíritas. O recurso à Prefeitura tem um caráter genérico: quando não se sabe como atender uma demanda, então, encaminha-se para a “Prefeitura”.

O mais freqüente é que as instituições trabalhem sem realizar encaminhamentos. Isto vale para 32% delas. Além disso, outros 30% fazem encaminhamentos para 1 ou 2 instituições (14% para 1 instituição e 16% para duas). Portanto, em 62% dos trabalhos assistenciais a recorrência, mesmo que somente para indicação de outros serviços, ocorre tendo como parâmetro um ou dois outros trabalhos.

Vários destes itens analisados estão correlacionados entre si. Foram muitas associações encontradas. Por isso, daremos apenas três exemplos aqui.

1. quando se aumentam as fontes de financiamento da instituição, aumentam também o número de trabalhadores (voluntários e profissionais), de serviços e de parcerias (mas não de encaminhamentos);
2. quando a instituição define mais objetivos, ela consegue agregar mais voluntários e aumentar o atendimento e as parcerias;
3. quando a instituição consegue estruturar mais serviços, ela tende a conseguir mais profissionais e estabelecer mais parcerias (mas não encaminhamentos);

A análise dessas associações evidencia alguns modelos de atendimento dos trabalhos assistenciais espíritas. Como dito anteriormente, elas não se limitam a esses três exemplos e seu significado conjunto merece atenção especial daqueles que buscam direcionar a atuação dos espíritas na área assistencial.

1888

Considerações Finais

O primeiro é enfatizar a distinção entre os tipos de ação assistencial: fazer assistência social e espiritual não é o mesmo. É possível associá-las e os espíritas procedem assim. No entanto, o fazem sem a clareza de distinção entre ambas. A demanda por questões sociais refere-se a elementos que a vinculam à pobreza e aos vínculos sociais. A busca por suporte espiritual pode ser realizado por pessoas que não apresentam necessidades materiais, mas sentem-se desprotegidas nesse aspecto. Sua busca está diretamente relacionada a crença do indivíduo e deve ser realizada por um agente que possa supri-la. Os assistidos que chegam às casas espíritas buscam recursos para suas necessidades materiais, não para sua fé. Entretanto, o “pão” oferecido pelos espíritas está imerso no “suporte espiritual”, não demandado pelos assistidos. Os espíritas sabem que os assistidos não partilham sua crenças, mas isso não é motivo para que seja respeitada a liberdade religiosa desses últimos. Táticas mais ou menos explícitas são utilizadas para que o assistido esteja submetido ao discurso espírita e seja sensibilizado por ele. Se essa estratégia tem pouca eficácia, e os espíritas também sabem disso, ao menos garantem a seus agentes a “consciência tranqüila” de que estão “fazendo a sua

parte”, semeando em um terreno adverso. E esta “certeza” é o respaldo para a garantia da sua “salvação”.

O segundo ponto a ressaltar é a centralidade que a salvação ocupa no discurso espírita. O movimento espírita - entendido aqui como o resultado da ação dos seus agentes, esteja essa ação institucionalizada ou não -, constrói uma compreensão e uma metodologia muito particulares sobre a caridade e a assistência focada na salvação do agente. Nessa construção elementos relevantes contidos na própria codificação ficaram negligenciados. A incorporação dos mesmos poderia alterar significativamente a forma de conceber e praticar a assistência. Em sua expressão, a assistência tal como realizada, deixa de ser um fim e passa a ser um meio. Além disso, a mediação da caridade como modo de salvação não significa que o espírita tenha que, tão somente, acumular ações caritativas na sua vivência, mas auto-disciplinar-se, de modo a que a “caridade” seja, para ele, um “treino” do bem que ele tem como ideal. É, dessa forma, que o lugar do assistido é, aparentemente, relevante, mas, de fato, secundarizado ante a importância que o auto-disciplinamento tem para o agente.

Os agentes que estão a frente dos trabalhos assistenciais são trabalhadores cuidadosamente selecionados. São trabalhadores voluntários, próximo aos 50 anos ou mais, preferencialmente mulheres, em grande parte aposentados, com bastante tempo de estudos na casa, além de exercerem outras atividades no campo da divulgação (palestras) e da mediunidade (passes). São essas pessoas que, preocupadas com a sua salvação, na maioria dos casos, abre mão do seu próprio expertise profissional para atuar de forma indistinta, voluntariamente, nas obras sociais. Além disso, são pessoas que foram submetidas a um *habitus* caritativo em família, ou o apreenderam mais tardiamente, ao chegarem ao centro espírita através da dor. De todo modo, uma vez na posição de liderança, essas pessoas atuam nos centros como exemplos a serem seguidos, utilizando a ação assistencial como consolo para os “aflitos” que chegam ao centro e como caminho a que estes últimos devem seguir também para incorporação, em si mesmos, do espírito caritativo, como forma de obterem suas salvaçãoes. É assim que a assistência social, e o discurso da salvação, tem mais efeito sobre os frequentadores das casas espíritas, que transformam-se também em trabalhadores voluntários, do que entre os assistidos.

As atividades desenvolvidas por esses agentes são, como foi abordado, em geral, pequenas, articulando recursos próprios dos trabalhadores, e tendo como foco a articulação “assistência-religião”. A ampliação dos trabalhos assistenciais requer, dos espíritas, uma maior interlocução com o Estado, com as agências que formam a rede de serviços assistenciais, uma

estruturação mais autônoma da área assistencial no centro espírita, a busca de mais recursos, a incorporação de profissionais para atuação (e não somente voluntários), enfim, um conjunto amplo de tarefas que fazem com que os espíritas se vejam em atividades que, aparentemente, nada tem haver com o atendimento direto ao assistido. Se de um lado, todas essas atividades acarretam em uma possibilidade de ampliação e diversificação dos trabalhos assistenciais, por outro, os espíritas parecem preferir permanecer em suas atividades menores, em uma ação mais direta e moral junto ao assistido do que ter que afastar-se dessas atividades para cumprir exigências formais, de um lado, e, de outro, ter que ceder a outros discursos (do Estado, de outras agências privadas e dos profissionais) na ação assistencial.

Por fim, a demanda dos assistidos por assistência material é interpretada, pelos espíritas, como um apelo simbólico, mais que literal. Este símbolo se caracteriza como a chave para que o espírita sinta-se autorizado a oferecer junto ao “pão”, “luz” para os assistidos, contemplando, assim, um ensinamento de Jesus: “Não somente de pão viverá o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus. (Mateus 4:4)

Bibliografia

- ARRIBAS, C. G. (2010), *Afinal, espiritismo é religião?* São Paulo: Palameda.
- BURITY, J. A. (2006), *Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais brasileiras*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana.
- CAMARGO, Candido Procópio F (1961), *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Pioneira.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. C. (1983), *O Mundo Invisível*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CERIS. (2000), *Obras Sociais da Igreja Católica*. São Paulo: Loyola.
- CERQUEIRA FILHO, Alírio. (2009), *Fora da Caridade não há Salvação*. São Paulo: Editora Bezerra de Menezes.
- COLOMBO, C. B. (1998), *Idéias Sociais Espíritas*. São Paulo/Salvador: Comenius e IDEBA.
- CONRADO, F. (2005). *Ação Social Evangélica*. Rio de Janeiro: Iser.
- DAMAZIO, S. F. (1994), *Da Elite ao Povo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- GIUMBELLI, E. (1998), Caridade, Assistência Social, Política e Cidadania: práticas e reflexões no Espiritismo. In: LANDIM, L. (Org.). *Ações em Sociedade*. Rio de Janeiro: ISER: NAU.
- MACHADO, M. D. (2005), Religião, Política e Assistencialismo no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Praia Vermelha*. 12, 1º. Semestre.
- MESTRINER, Maria Luiza. (2001), *O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social*. São Paulo, Cortez.
- NOVAES, R. (1996). *Ação Social Católica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser.

PAIVA, A. R. (2003). *Católico, Protestante, Cidadão*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

PAROLIN, S. R. H. (org.) (2013), *Conviver para Amar e Servir*. Brasília: FEB.

PEREIRA NETO, F. (2005). Assistência Social e Religião. *Revista Praia Vermelha*. 12, 1º Semestre.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL ESPÍRITA – SAPSE. 3ª. edição revisada. Brasília: FEB, 2012.

SILVA, C. N. Igreja Católica, assistência social e caridade. *Sociologias*. 15, Porto Alegre, jan-jun, 2006.

SIMÕES, P. (2005). *Assistentes Sociais e Religião*. São Paulo, Cortez.

i Outras referências aos trabalhos sociais católicos são encontradas em CERIS (2000) e Silva (2006).

ii Segundo o Censo de 2010, os católicos perfaziam 73,9% do universo religioso, caindo para 65% em 2010; os evangélicos/protestantes 15,6%, subindo para 22,2%; e os Espíritas 0,02%, em 2010.

iii Essa é uma expressão muito utilizada no meio espírita e ela expressa a concepção hegemônica no interior do campo que se atua. As diferentes interpretações da “doutrina” ficam secundarizadas quando se afirma, a partir de uma posição legitimada institucionalmente, que se age “de acordo com a doutrina”.

iv A Federação Espírita Brasileira editou uma apostila com o título de SAPSE (Serviço de Assistência e Promoção Social Espírita) com o fim de estabelecer uma linha interventiva comum a todos os centros afiliados, no campo da assistência social.

v Neste casos foram 70 instituições em Santa Catarina.

vi $r = 0,358$; Sig. 0,000.